

# **Acidentes ocasionados com animais soltos em vias públicas é tema de audiência na CMCG**

Na manhã desta quarta-feira (9), foi realizada uma audiência pública, com o objetivo de debater a respeito dos acidentes ocasionados por animais soltos. Uma propositura do vereador Renan Maracajá (Republicanos).

PRESENTES NA MESA: A Dra. Yeda Maria Dantas, do Juizado Criminal; Dr. Bruno Lira Carvalho – Chefe Administrativo do Detran; Aretuza Nascimento – Coordenadora do Centro de Zoonose; Jocenio Braga – Policial Rodoviário; Celio Di Pace – Policial Rodoviário; Jaqueline Brás – servidora do Juizado Especial; e Renato Maracajá – Diretor da Ciretran.

## **JUSTIFICATIVA DE PROPOSITURA**

Renan Maracajá expressou seu agradecimento pela presença de todos os presentes na audiência pública e, em seguida, justificou a proposição desse evento. Ele destacou que a audiência tem como propósito a discussão e busca por soluções em relação aos acidentes envolvendo animais de médio e grande porte na cidade de Campina Grande e região.



Foto: Josenildo Costa

O vereador explicou que a iniciativa para essa proposta veio da magistrada Dra. Yeda Maria Dantas, juíza do Juizado Criminal, que trouxe para a Casa as estatísticas relacionadas aos processos que tramitam no Tribunal de Justiça. Esses processos envolvem casos de abandono, negligência e atos de imprudência por parte de proprietários de animais de médio e grande porte, resultando em uma série de acidentes, inclusive com vítimas.

Renan Maracajá enfatizou a importância da discussão nesse momento, ressaltando a necessidade de encontrar soluções práticas e viáveis para o município. Ele pontuou que a atual situação não está respondendo de maneira satisfatória às demandas relacionadas ao tema em questão.

#### **PARTICIPAÇÃO DOS CONVIDADOS DA MESA**

A Dra. Yeda Maria Dantas, tratou sobre a preocupação com relação ao número de processos relacionados ao tema da propositura, mencionando que em 2021 foram 48 processos, com

acidentes de carro e animal sendo 6 pessoas acidentadas e moto e animal, 377 pessoas acidentadas.



Foto: Josenildo Costa

Em 2022, foram 105 processos, com 27 pessoas acidentadas em carro e animal, 346 em moto e animal. Em 2023, até julho foram 44 processos, sendo 8 pessoas acidentadas em carro e animal e 184 em moto e animal.

Ela ressaltou que apesar de ser um delito com penas mais brandas, poderiam ocasionar danos à vida das pessoas. Nesse sentido, chamou a atenção para a necessidade de conscientização, de educação e regulamentação mais efetiva, para que fosse possível buscar ao menos reduzir o problema. A Dra. Yeda, acrescentou que a Polícia Rodoviária Federal, quando é acionada para retirar esses animais das rodovias, pode estar fazendo falta em um grave acidente em outro local. Por esses dados e motivos, ela colocou a sua necessidade de dialogar com as entidades demandas, buscando a prevenção

dessas ocorrências.

Celio Di Pace, da PRF, abordou inicialmente a importância da conscientização da população, ressaltando que o trabalho de fiscalização por si só não é suficiente para resolver todos os problemas. Ele compartilhou informações sobre a ampla atuação da PRF na área e destacou que um trabalho preventivo de fiscalização foi conduzido nos últimos cinco anos, resultando em mais de 1.360 procedimentos de manejo de animais, muitas vezes envolvendo mais de um animal. Ainda nesse período, mais de 2.961 animais foram flagrados causando riscos de acidentes, mais de 1.000 animais foram recolhidos para o Centro de Zoonoses, mais de 84 acidentes foram notificados, destes, 31 foram acidentes graves, mais de 110 pessoas ficaram feridas e 10 faleceram.

Segundo Célio, em 2022, uma das principais causas de acidente com óbitos, foi a presença de animais na pista. Em 2023, devido ao planejamento e dos esforços da PRF, houve a redução de acidentes, deixando de representar uma das principais causas de acidentes com óbitos. Ainda neste ano, foi notificado de um acidente grave, sem óbitos. Ele destacou que apesar de não ter acontecido nenhuma morte, é preciso continuar o empenho e os esforços, compreendendo que um único acidente acarreta uma tragédia em uma família inteira.

Por fim, ele destacou a necessidade de conduzir uma campanha educativa junto à população sobre as penalidades previstas, as causas e as medidas preventivas. Além disso, ressaltou a importância de promover uma campanha de cadastramento de animais, especialmente próximos às rodovias de Campina Grande, a fim de identificar cada animal individualmente.



Foto: Josenildo Costa

Aretuza Nascimento – Coordenadora do Centro de Zoonose, ressaltou inicialmente a atuação da Prefeitura de Campina Grande, através do Centro de Zoonoses. Ela informou a existência de profissionais laçadores, em conjunto com a Polícia Rodoviária Federal, e que o centro é um local de abrigo temporário ou definitivo. Sobre o abrigo definitivo, ela disse que essa é uma grande problemática, visto que mais de 50% dos animais que são apreendidos, não são resgatados e o município é quem fica com uma despesa fixa de diversos gastos.

Com relação à chipagem de animais, ela informou que desde 2016 a prefeitura vem buscando a realização desse registro, no entanto, encontra dificuldade dos próprios tutores que se recusam. Neste ano, ela informou que apenas 123 proprietários de animais de grande porte, envolvendo principalmente os donos de carroças, compareceram ao local para chipagem dos seus animais.



Foto: Josenildo Costa

Janduy Ferreira (PSDB) tratou sobre ações que vêm sendo realizadas na prevenção e combate das problemáticas relacionadas aos animais e outras ações que podem ser realizadas para amenizar a problemática.

Sobre o recolhimento de animais, dados trazidos pelo senhor Celio Di Pace, ele colocou que é um grande número, que acaba sobrecarregando o equipamento do Centro de Zoonoses, enfatizando a necessidade de campanhas de conscientização.

Com relação à criação de uma Guarda Municipal específica para atuar no combate aos maus tratos de animais, disse que está com um projeto pronto para ser votado na CASA e reforçou a necessidade de uma delegacia estadual especializada, para que as denúncias possam ser levadas a diante. O vereador acrescentou que a prefeitura e a casa legislativa têm feito o seu papel, mas é importante ampliar a conscientização e educação da população, para cuidados dos seus animais e das consequências e punições.



Foto: Josenildo Costa

Fabiana Gomes (PSD) parabenizou e deixou registrado o trabalho realizado por Aretuza, no Centro de Zoonoses de Campina Grande e enfatizou que enquanto CASA legislativa e representante do povo se coloca juntamente aos demais vereadores à disposição para que enquanto possam se unir e tomar a responsabilidade, junto aos demais órgãos e poderes, para que os números trazidos possam ser trabalhados com mais afinco, principalmente relacionados aos números da chipagem.

Pimentel Filho (PSD) informou sobre algumas leis de sua autoria que tratam da causa animal, destacando a lei que trata sobre as carroças de uso animal. Ele questionou para onde irão os animais com a proibição do uso das carroças, e que na lei, trata da chipagem dos animais.

Além disso, citou a ausência das placas das carroças, que é obrigação do órgão da STTP, o que favorece as denúncias em caso de maus tratos. Com a negativa de cuidados e da ausência das placas por parte dos tutores, o vereador citou a

possibilidade de dar condições ao Centro de Zoonoses, para apreender o equipamento e o animal, como fazem com os carros que estiverem irregulares.

Pimentel também informou que irá elaborar um requerimento para levar ao governador, com a solicitação da construção de uma delegacia ambiental. Ele também questionou aos profissionais da PRF, se existe punição dos tutores que deixam seus animais soltos e causam acidentes com mortes nas rodovias.

Jô Oliveira (PCdoB), inicialmente tratou sobre os custos dos animais do Centro de Zoonoses, e perguntou sobre a quantidade de animais que estão no local atualmente, colocando que hoje existe uma superlotação e que ainda precisam receber os animais que são apreendidos.

De acordo com a Lei Orçamentária Anual, a vereadora informou que existe uma destinação de 1.640.000,00 (um milhão seiscentos e quarenta mil reais) para o Centro, e questionou o quanto é destinado para pagamento de pessoal e quanto é destinado para as ações, para que seja possível dialogar considerando os recursos.

Sobre as pessoas que são responsáveis pelos animais que estão nas ruas, a vereadora falou sobre o projeto de lei de sua autoria que foi aprovado neste ano, tratando de animais de tração, e acrescentou que quando foi apresentado já existia uma lei do vereador Olímpio que destinava um prazo de 10 anos para que fosse feito o cadastramento dos animais. Na votação, ele solicitou que o prazo da lei de sua autoria fosse mantido, visto que considerava ser tempo suficiente para o poder público realizar a ação. Nesse sentido, a vereadora colocou que já se passaram 10 anos e hoje, recebem a notícia de que há pouco mais de 100 animais cadastrados, sendo necessário pensar de forma prática, como irão fazer para que as pessoas possam ir até o Centro de Zoonoses, ou até mesmo, como o Centro ou os órgãos responsáveis, poderão ir até os tutores, até mesmo para saber quais são o perfil dessas pessoas e se elas precisam de



um conjunto de assistencialismo.

Ainda a preocupação que consta na lei da autoria da vereadora, é sobre o que fazer com os animais que serão substituídos por veículos de tração e o oferecimento de outros meios de transporte para essas pessoas que utilizam os animais. Além disso, quando se fala de punição e penalidades, a vereadora destacou que é importante pensar se as pessoas poderão realizar o pagamento de que forma todo o processo acontecerá, para que não seja de forma injusta.

Por fim, ela também pontuou a possibilidade de parceria com o Parque Tecnológico para desenvolvimento do aplicativo citado pelo vereador Pimentel Filho e de uma delegacia especializada para que seja possível dar andamento nos casos de maus tratos.

Alexandre Pereira (UNIÃO) também trouxe o tema relacionado ao impacto social e econômico das famílias que utilizam os animais nas carroças, considerando que é preciso pensar na parte legal, mas também no sustento das famílias. Em caso de proibição do uso de carroças, o vereador questiona como será o acolhimento a essas pessoas. Ele sugeriu ao vereador Renan Maracajá, para criar uma mesa de trabalho para discutir o tema de maneira aprofundada e encontrar soluções, envolvendo todos os entes responsáveis. Por fim, Alexandre falou também sobre a necessidade de defesa dos animais e de fiscalização, visto que algumas famílias colocam em risco outras famílias, porém é importante olhar para o lado social.

Roberto Alexandre (Plenário) fez a solicitação de uma delegacia especializada, um local para abrigo definitivo de animais de pequeno, médio e grande porte, um hospital veterinário, uma farmácia veterinária e uma central de reabilitação de animais machucados, contribuindo com a redução de abandonos de animais, por parte de famílias que não possuem esses custos.



Foto: Josenildo Costa

Renato Maracajá, Diretor da CIRETRAN, enfatizou que é um tema que todos os setores precisam se aprofundar, visto que existe a necessidade da ação de vários órgãos. Renato Maracajá mencionou os acidentes, os maus tratos aos animais, o suporte que envolve os órgãos da PRF, o Centro de Zoonoses e a necessidade de uma ação conjunta. Além disso, ele acrescentou que é preciso uma atuação mais enfática do município e até mesmo utilização do poder de polícia, visto que mesmo oferecendo alternativas para os carroceiros, em sua maioria elas são negadas. Sobre as campanhas, ele colocou o Ciretran à disposição, mas disse que as ações educativas terão resultados em longo prazo, sendo necessárias medidas em curto prazo.

Robson Scorel (Plenário) pontuou a necessidade da ampliação da discussão com outras entidades, como por exemplo, os representantes da imprensa, visto que muitas vezes apenas os acidentes se tornam notícias, colocando a necessidade de uma campanha permanente sobre o tema, enfatizando a prevenção e a

disseminação de informações.

## **RESPOSTA AOS QUESTIONAMENTOS**

DRA. Yeda Maria Dantas – juíza do Juizado Criminal retornou ao tema para responder sobre a lei punitiva questionada pelo vereador Pimentel Filho. Ela informou que de acordo com o Artigo 31 do Decreto de Lei 3.688 de 3 de outubro de 1941, o artigo diz 'deixar em liberdade, confiar à guarda de pessoa inexperiente ou não guardar com a devida cautela animal perigoso' destina prisão simples de 10 dias à 2 meses ou multa de 100 mil réis a 1 contos de réis. No parágrafo único, diz que incorre na mesma pena, quem 'na via pública abandona animal de tiro, carga ou corrida, ou confia à pessoa inexperiente'. Ela frisou que essa é uma problemática que é apresentada nos processos e do quanto esse é um decreto antigo.

A Dra. Yeda, também acrescentou que a maioria das pessoas que respondem a esse processo são pessoas humildes e se não seria possível a criação de uma campanha semelhante ao 'Maio Amarelo', realizada pela PRF, além da Ciretran, STTP e outros órgãos, com o objetivo de conscientizar a população por meio da educação. Ela ainda colocou a importância de vir até à Casa Legislativa, e acrescentou também a sua preocupação com os animais, que não são os autores dos delitos, ao contrário, são vítimas.

Areruzza Nascimento – sobre a questão de veículos de tração animal, informou que desde 2016 foram mais de 600 cadastros, sendo em 2018 próximo a 300 e em 2023, foram 123 cadastros. Em conjunto, a SEMAS fez o cadastro de algumas famílias e orientações a respeito de cuidados médicos veterinários, além da participação da secretaria de meio ambiente em uma ação, que convidaram os carroceiros e colocaram para eles como seria a nova atividade.

Foram oferecidas três opções de substituição dos veículos, sendo o cavalo de lata, que foi totalmente negado visto que

existe a necessidade de pedalar, e em caso de um motor com cilindrada, existe a necessidade de habilitação e emplacamento de veículo, o que o carroceiro não poderia custear; a segunda opção foi a inserção deles em cooperativas, visto que a maioria são catadores, mas a ideia não foi aceita diante da necessidade de divisão de lucros; e por último, o oferecimento de empregos, onde alguns foram chamados, mas recusaram a oferta. Aretuza explicou que com relação à chipagem, é necessária uma força policial e que com relação ao emplacamento das carroças, foram emplacadas mais de 600 carroças, porém, foram retiradas, visto que para eles significa encontrá-los.

Ela enfatizou que é um público difícil, resistente a mudanças e que é necessário um grande trabalho de conscientização e também punitivo, visto que nada deve admitir os maus tratos à animais, sobretudo se eles servem de ferramenta de trabalho. Por fim, Aretuza destacou que o próprio Ministério Público do Meio Ambiente vem acompanhando e há a possibilidade de um desfecho com a substituição dessas carroças.

## **ENCAMINHAMENTOS**

Encerrando a sessão, o vereador Renan Maracajá mencionou os encaminhamentos que foram elaborados:



Foto: Josenildo Costa

Apresentação de uma solução de cadastramento mais efetivos dos animais de médio e grande porte no Centro de Zoonoses; Implementação por parte do Governo do Estado de uma delegacia especializada em maus tratos de animais; Campanhas de conscientização junto ao CIRETRAN, Prefeitura e Câmara municipal de Campina Grande, Superintendência de Trânsito e Transporte Público – STTP, Polícia Rodoviária Federal – PRF e outros órgãos responsáveis; Criação de parcerias para elaboração de aplicativos para auxiliar o Centro de Zoonoses; Organização das leis da Casa Legislativa e das suas implementações.

**DIVICOM/CMCG**